



LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO

N° 5000875

Versão: 01

Data: 04/08/2011

de Novo Estabelecimento

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPIVARI - SAAE - ETE CENTRAL

Logradouro

RUA EMÍLIO ALVES FERREIRA

Cadastro na CETESB
253-326-3

Número

Complemento

Bairro

CEP

Município

S/N

JARDIM ELISA

13360-000

CAPIVARI

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal

Descrição

Esgoto sanitário; sistema coletivo (elevatórias, estação de tratamento)

Bacia Hidrográfica

12 - CAPIVARI

UGRHI

5 - PIRACICABA/CAPIVARI/JUNDIAÍ

Corpo Receptor

Classe

Área (metro quadrado)

Terreno

3.385,95

Construída

157,04

Atividade ao Ar Livre

485,62

Novos Equipamentos

Lavra(ha)

Horário de Funcionamento (h)

Início

00:00

às

Término

23:59

Número de Funcionários

Administração

3

Produção

8

A CETESB–Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

As Exigências Técnicas, relação de equipamentos, capacidade produtiva e outras observações, partes integrantes desta licença, estão relacionadas em folha anexa;

Deverá ser requerida Licença de Operação, antes da data prevista para o início das operações, a qual não será concedida caso não tenham sido atendidas as Exigências Técnicas integrantes desta Licença;

A firma não poderá iniciar a operação deste empreendimento, sem que a respectiva Licença de Operação seja concedida pela CETESB, sob pena de aplicação de penalidades previstas na legislação; Conforme disposto no Artigo 70 do Regulamento da Lei Estadual 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto Estadual nº 8468, de 8 de setembro de 1976 e suas alterações, a presente licença tem prazo de validade de 3 (três) anos, período no qual o empreendimento deverá iniciar a implantação de suas instalações, sob pena de caducidade da Licença de Instalação emitida.

USO DA CETESB

SD N°

05015676

Tipos de Exigências Técnicas

**Ar, Água, Solo,
Ruído**

EMITENTE

Local: **CAMPINAS**

Esta licença de número 5000875 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: www.cetesb.sp.gov.br/licenca

ENTIDADE



LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO

N° 5000875

Versão: 01

Data: 04/08/2011

de Novo Estabelecimento

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

01. O sistema de tratamento deverá operar adequadamente de modo que os efluentes líquidos atendam aos artigos 18 e 11 do regulamento da Lei Estadual nº997/76, aprovado pelo Decreto nº 8.468/76, alterado pelo Decreto nº 15.425/80, bem como a Resolução CONAMA nº357/2005 e suas alterações.
02. Os gases e vapores gerados nas unidades de tratamento anaeróbio, deverão ser adequadamente captados e tratados, em sistemas eficientes de controle de poluição de ar, de forma a evitar a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de propriedade do empreendimento, conforme determina o artigo 33 do Regulamento da Lei nº 997/76, aprovado pelo Decreto Estadual nº 8.468/76.
03. Deverão ser previstas medidas operacionais e de controle para as unidades de gradeamento fino, poço de sucção da EEE - Estação Elevatória de Esgoto, de recirculação, de sobrenadantes e de lodo digerido, desarenação, canais de descarga e tanque de estocagem de lodo da casa de desidratação, de modo a evitar a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de propriedade do empreendimento, conforme determina o artigo 33 do Regulamento da Lei nº 997/76, aprovado pelo Decreto Estadual nº 8.468/76.
04. O pátio e as áreas de movimentação e tráfego de máquinas e veículos em geral, deverão ser pavimentadas ou umectadas permanentemente, de forma a impedir a emissão de poeiras (material particulado) fora dos limites de propriedade do empreendimento.
05. Os resíduos classe IIA - não inertes e IIB - inertes gerados pelo empreendimento, deverão ser adequadamente armazenados, conforme a norma NB 1264 - armazenamento de resíduos classe IIA - não inertes e IIB - inertes, e dispostos em sistema de destinação aprovados pela Cetesb, com obtenção do CADRI, Certificado de Aprovação de Destinação de Resíduos de Interesse Ambiental.
06. Os níveis de ruído emitidos pelas atividades do empreendimento deverão atender aos padrões estabelecidos pela norma NBR 10151 - "Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade", da ABNT, conforme Resolução Conama nº 01 de 08/03/90, retificada em 16/08/90.
07. Deverá ser apresentado um " PLANO DE MONITORAMENTO ", de acordo com o Termo de Referência disponível na Agência Ambiental de Campinas, definindo os parâmetros a serem analisados, bem como a localização dos pontos de coleta e a frequência das amostragens, para obtenção tanto da eficiência da ETE, bem como do corpo receptor, observando os padrões de emissão e qualidade estabelecidos na legislação de controle de poluição das águas, sendo que o mesmo deverá estar aprovado pela CETESB até a emissão da respectiva Licença de
08. Os efluentes líquidos gerados no empreendimento deverão ser encaminhados para tratamento na ETE, ficando vedado o seu lançamento direta ou indiretamente em corpo receptor ou no solo.
09. Os pontos de amostragem no corpo receptor, definidos no plano de monitoramento, deverão ter acesso adequado para as devidas coletas.
10. Na solicitação da Licença de Operação deverão ser apresentadas a devidas outorgas, emitidas pelo DAEE, relativas ao lançamento dos efluentes tratados no Rio Capivari.
11. Durante a operação e, mesmo durante o comissionamento da ETE, qualquer desconformidade decorrente do empreendimento deverá ser imediatamente comunicada ao órgão ambiental, de forma que ações de comunicação aos usuários de recursos hídricos à jusante do empreendimento possam ser desencadeadas.
12. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de propriedade do empreendimento.

OBSERVAÇÕES

01. A presente licença é válida, exclusivamente, para uma estação de tratamento de esgoto sanitário denominada ETE Central, projetada para tratar uma vazão média de 35,4 l/s, referente à primeira etapa, utilizando unidades, processos e equipamentos relacionados no Memorial de Caracterização do Empreendimento,



LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO

N° 5000875

Versão: 01

Data: 04/08/2011

de Novo Estabelecimento

apresentado por ocasião da solicitação desta.

02. O projeto da ETE Central foi objeto de análise quanto à sua concepção, sendo que aceitação do mesmo, não exime o SAAE Capivari da adoção de tratamento complementar, caso a eficiência do sistema de tratamento de esgotos proposto não atinja o grau de tratamento compatível com a qualidade do corpo receptor.